



### **Alimentos, saberes e educação para o “bem viver”: os camponeses um passo adiante**

Cezar Luiz De Mari<sup>1</sup>

Philippe Drumond Villas Boas Tavares<sup>2</sup>

Valter Machado da Fonseca<sup>3</sup>

*Apoio FAPEMIG/MG*

**Resumo:** Este estudo tem por objetivo demonstrar como os movimentos sociais do campo no Brasil, em especial as experiências históricas do Movimento Sem-Terra - MST e Via Campesina têm contribuído para a construção do conceito de Bem Viver como alternativa à produção convencional de alimentos, visando à melhoria das condições de vida e da saúde das comunidades camponesas. O texto utiliza como metodologia a pesquisa documental nos acervos produzidos pelos dois coletivos dos movimentos sociais citados. O método de análises tem por base os princípios da agroecologia como foco exploratório das lacunas e contradições criadas pelos paradigmas convencionais de produção agrícola e o princípio educativo do trabalho, fortalecendo uma “pedagogia da terra”, que recupera e produz saberes a partir de práticas ao Bem Viver.

**Palavras-Chave:** Movimentos camponeses; Bem Viver; Saberes Populares

### **Alimentos, saberes y educación para el "bien vivir": los campesinos un paso adelante**

**Resumen:** Este estudio tiene por objetivo demostrar cómo los movimientos sociales del campo en Brasil, en especial las experiencias históricas del Movimiento Sin Tierra-MST y Vía Campesina, han contribuido a la construcción del concepto de Bien Vivir como alternativa a la producción convencional de alimentos, Mejora de las condiciones de vida y de la salud de las comunidades camponesas. El texto utiliza como metodología la investigación documental en los acervos producidos por los dos colectivos de los movimientos sociales citados. El método de análisis se basa en los principios de la agroecología como foco exploratorio de las lagunas y contradicciones creadas por los paradigmas convencionales de producción agrícola y el principio educativo del

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Educação da UFV. Atua na graduação e pós-graduação nas áreas de fundamentos e política educacional. E-mail: [cezar.demari@ufv.br](mailto:cezar.demari@ufv.br)

<sup>2</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, na linha de pesquisa Educação, Estado e Sociedade. Membro fundador da International Gramsci Society, IGS-Brasil.

<sup>3</sup> Pós-doutorado em Educação do Campo e Agroecologia pela Faculdade de Educação da UFU. Atualmente é Professor Adjunto I da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: [valter.fonseca@ufv.br](mailto:valter.fonseca@ufv.br)

trabajo, fortaleciendo una "pedagogía de la tierra", que recupera y produce saber a partir de prácticas al desarrollo Bien Vivir.

**Palabras clave:** Movimientos campesinos; Bien Vivir; Saberes Populares.

### **Food, knowledge and education for the "good living": the campones a step ahead**

**Abstract:** This study aims to demonstrate how the social movements of the countryside in Brazil, especially the historical experiences of the Landless Movement - MST and Via Campesina, have contributed to the construction of the concept of Well Living as an alternative to conventional food production, aiming at the improving the living conditions and health of peasant communities. The text uses documental research as a methodology in the collections produced by the two collectives of the mentioned social movements. The method of analysis is based on the principles of agroecology as an exploratory focus of the gaps and contradictions created by the conventional paradigms of agricultural production and the educational principle of work, strengthening a "pedagogy of the earth", which recovers and produces knowledge from practices to Well live.

**Keywords:** Peasants movements. Well Live; Popular Knowledge.

### **Introdução**

Este estudo visa a compreensão do lugar de onde falam os movimentos sociais, em especial o Movimento Sem-Terra – MST<sup>4</sup> e a Via Campesina<sup>5</sup> ao trabalharem as questões relativas ao que chamamos Bem Viver. Percebe-se que se trata de um conceito que pode sofrer diversas variações, dependendo do ponto de vista de quem o examina. Por exemplo, tal conceito assume conotações totalmente adversas quando formulado pelos movimentos sociais do campo e quando defendido pelos agentes e gestores do modo de produção capitalista.

Diante da grande magnitude desta questão, antes de tratarmos do conceito de Bem Viver, faz-se necessária uma revisita a outros conceitos que ressignifiquem suas bases de sustentação, especialmente “segurança alimentar” e “soberania alimentar” no campo conceitual da Agroecologia. Destacamos ainda que as relações de trabalho propostas por esses movimentos permitem compreender que o princípio educativo se reconfigura numa ampla defesa da vida, de novas aprendizagens, de alimentação saudável e defesa dos direitos sociais.

---

<sup>4</sup> Os movimentos sociais no Brasil há décadas vêm construindo práticas educativas em função de uma relação mais horizontalizada com a natureza e com as demais dimensões sociais. Em relação aos movimentos sociais, lutas nos diversos campos e, especialmente sobre o meio ambiente podem ser encontradas em Scherer-Warren (2008).

<sup>5</sup> Fundada em 1993, na cidade de Mons, na França, congrega mais de 164 entidades de 73 países da América, África, Ásia e Europa. Interlocutora global da sociedade civil junto aos estados nas questões do campesinato. O Brasil é representado, dentre outros pelo MST, MAB, MPA e CIMI.

## 1 Segurança e Soberania alimentar no campo da Agroecologia

Segurança e soberania alimentar parecem, à primeira vista, apresentar o mesmo significado. Porém, tratam-se de dois conceitos cujas bases alimentam debates que estão ainda distantes de uma unanimidade conceitual. São conceitos em construção nos movimentos sociais e em ampla disputa entre os movimentos sociais e os gestores e mentores da máquina de produção capitalista atuante no espaço agrário, especialmente na América Latina, com ênfase para o Brasil. Diante da impossibilidade da construção de um consenso faz-se necessária uma breve problematização acerca de tais conceitos, bem como de sua localização no terreno da agroecologia.

O conceito de segurança alimentar surgiu a partir da *Food Agriculture Organization* – FAO<sup>6</sup> como um dos principais contrapontos aos impactos tecnológicos aplicados ao campo brasileiro, especialmente em decorrência do desenvolvimento potencial e acelerada da biotecnologia, principalmente aquela aplicada à agricultura. A partir daí este conceito se constitui o grande mote em torno do qual se trava um combate aos impactos causados pelos Organismos Geneticamente Modificados - OGMs, especialmente a transgenia de alimentos. Na medida em que se acirravam os impactos sobre os recursos naturais, em função dos cultivos das monoculturas de exportação, mais intensidade se acumulou sobre os debates em torno da segurança alimentar, ou seja, o fortalecimento da agricultura tradicional com a produção de alimentos mais saudáveis, garantindo, dessa forma, a segurança alimentar e a saúde das populações humanas.

Para ilustrar este debate nos valem da contribuição de Altieri (2010, p. 24):

No final de 1980 havia na América Latina cerca de 16 milhões de unidades de produção camponesa que ocupavam cerca de 60,5 milhões de hectares, ou 34,5 por cento do total da terra cultivada. A população camponesa inclui 75 milhões de pessoas que representam quase dois terços da população rural de toda a América Latina. O tamanho médio destas unidades produtivas é de aproximadamente 1,8 hectares e mesmo assim a contribuição da agricultura camponesa ao fornecimento geral de alimentos na região é significativa. Estas pequenas unidades de produção foram responsáveis por 41 por cento da produção agrícola para o consumo doméstico e de produzir, a nível regional, 51 por cento do milho, 77 por cento do feijão e 61 por cento da batata. A contribuição à segurança alimentar desde o campesinato é hoje tão crucial como há vinte e cinco anos.

---

<sup>6</sup> A FAO foi criada em 1945 como agência da Organização das Nações Unidas - ONU, para tratar da questão da pobreza, alimentação e agricultura. Além de trabalhar no combate à pobreza e à insegurança alimentar, atua como agência de apoio aos países em desenvolvimento na formulação e execução de projetos. Agrega hoje 191 países membros e 78 escritórios regionais que servem como base de apoio para as consultorias em agricultura e alimentação.

Conforme nos informa Altieri (2010), os números deixam clara a importância da agricultura camponesa e ainda nos indicam que ela está na base da construção do conceito de segurança alimentar. Daí a importância da empiria camponesa e da necessidade de preservação das experiências históricas da diversidade cultural que mantêm, mais ou menos intactas, as bases das mais diversificadas experiências seculares dos pequenos camponeses no trato com a natureza (com a terra).

Segundo Meirelles (2008, p. 1) o conceito de soberania alimentar foi inicialmente postulado pela Via Campesina e pode ser enunciado como “o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo”. A Via Campesina amplia o conceito de soberania alimentar para as dimensões da energia, hídrica e genética, o que comporia um quadro amplo de defesa da autonomia dos povos juntamente com a produção de alimentos. Como princípios da produção alimentar estão o direito à preservação dos recursos naturais, produção de comida saudável, uso de técnicas e tecnologias da cultura camponesa, sistemas locais de produção, industrialização, circulação e comercialização e o necessário aporte de políticas públicas.

Portanto, quando vemos a proposição, entendemos que se trata de um conjunto de defesas cuja expressão mais refinada foi sintetizada pelo MST (2007) no 5º Congresso Nacional:

(...) são necessárias plantações de alimentos de qualidade, por meio de práticas agroecológicas e sem agrotóxicos. As sementes e os conhecimentos históricos dos camponeses não podem ser apropriados de forma privada por empresas. Os trabalhadores rurais precisam controlar tanto a produção agrícola quanto o processamento dos alimentos para a comercialização, que deve ser dirigida para o mercado regional, com a venda do excedente para as grandes cidades.

Observe que o conceito de “soberania alimentar” elaborado pela Via Campesina é claro e objetivo. Ele explicita a dimensão política do direito à alimentação saudável e da decisão por parte dos camponeses, sobre os gêneros alimentícios produzidos bem como sua forma de produção para o Bem Viver.

Novamente recorreremos a Altieri (2010, p. 30) para complementar nossa argumentação:

Os movimentos camponeses e indígenas organizados que se baseiam na agricultura, como o movimento camponês internacional Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, há muito tempo sustentam que os agricultores precisam da terra para produzir a comida para suas próprias comunidades e seu país. Por esta

razão, têm advogado por verdadeiras reformas agrárias para aceder e controlar a terra, a água e a agrobiodiversidade que são de vital importância para que as comunidades sejam capazes de satisfazer as crescentes demandas de comida.

Nesta direção interpretativa, o conceito soberania alimentar vai além do que o conceito de “segurança alimentar” propõe, ou seja, ele acrescenta a este último a dimensão política: o direito e o poder de decisão na produção agrícola. Esta dimensão essencialmente política acrescentada pelo conceito de “soberania” traça a linha divisória entre o campo delimitado pela mais-valia decorrente das demandas, muitas vezes fictícias e induzidas pela produção de *commodities* e o campo delimitado pelo coletivo dos movimentos sociais. Dessa forma ele constrói alternativas para a fuga do controle dos mercados reguladores do grande capital inter/multi/transnacional.

## **2 A “Agroecologia” e os saberes populares**

Existem saberes populares no campo, derivados das experiências empíricas da relação do homem com a terra (da relação homem/natureza) e que passa de geração para geração. Estes saberes populares resultam das relações homem/natureza, na qual a terra possui valor social, que constrói a essência do homem no trato com a natureza, para produzir alimentos e o bem viver. Aqui, os saberes populares se somam na construção de um novo paradigma produtivo no campo, baseado no valor de uso social da terra, em contraponto com a mera lógica do mercado.

Então, sob esta outra lógica é que emerge a agroecologia como importante ferramenta para a edificação de uma agricultura alternativa no campo brasileiro, como uma autêntica pedagogia da terra, que concilie o uso da terra e seus recursos com técnicas de manejo e conservação (embasados em saberes populares milenares extraídos da experiência histórica do homem com a terra) que apontem para um desenvolvimento rural mais saudável.

Segundo Altieri (1987), Gliessman (1989), Sevilla (2000) e Leff (2002), a Agroecologia é um campo do conhecimento de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, que nos permitem estudar, analisar, dirigir e avaliar agroecossistemas. Para Leff (2002, p. 36) “as práticas agroecológicas nos remetem à recuperação dos saberes tradicionais, a um passado no qual o humano era dono do seu saber, a um tempo em que seu saber marcava um lugar no mundo [...] à época dos saberes próprios”.

A contribuição dos autores acima nos indicam o caminho para um sistema produtivo no campo mais sustentável, que recupere a intimidade do homem com a terra, que respeite os limites dos ecossistemas naturais e dos agroecossistemas, enfim, que restitua aos sujeitos que vivem do campo o valor de uso e a função social da terra. Isto não significa que a agricultura camponesa proponha desconsiderar a tecnologia moderna da agricultura, ao contrário, com elas são abertas novas possibilidades de conciliar técnicas modernas com a empiria camponesa criando, desta forma, um caminho que possa levar a um modelo mais sustentável para o campo.

É importante nos reportarmos novamente aos estudos de Leff (2002, p. 37) para que possamos mensurar a real relevância da agroecologia para um sistema produtivo mais sustentável:

A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentação e a segurança alimentar das comunidades rurais.

Complementando a contribuição de Leff (2002), Ribeiro e Freitas (2012, p. 91-92) dissertam sobre as vantagens da agroecologia:

Como vantagens do sistema agroecológico podem ser citadas: a possibilidade de renovação natural do solo (ciclo dos minerais), a reciclagem de nutrientes (mineralização destes), o uso do resíduo do lixo e a manutenção da biodiversidade. (...) A prática agroecológica é viável por permitir uma produção diversificada, com baixo investimento e grande retorno, sendo, por isso, consoante com a agricultura familiar e com as pequenas propriedades.

Assim, podemos verificar que a Agroecologia surge no cenário da agricultura camponesa como uma ferramenta potencial para a edificação de um novo modelo alternativo para a produção no campo e como instrumento para formação, ancorado no trabalho por intermédio da ciência e dos saberes tradicionais dos que vivem da terra.

### **O Bem Viver e a autonomia proposta pelo campesinato**

Os movimentos sociais têm tornado cada vez mais explícito o conceito do “bem viver” como a finalidade da vida social, no sentido de garantir uma nova relação entre os seres humanos e a natureza. É um conceito que ganha destaque nos países latino-americanos a partir da perspectiva dos povos indígenas, conforme Gudynas e Acosta (2011). O Bem Viver remete às experiências milenares de populações indígenas da Bolívia

e Equador cultivando relações mais harmônicas entre as comunidades e a natureza. O sentido do Bem Viver guarda em si reação aos modos de produção capitalista e a ampliação da consciência coletiva de que é necessário desenvolver outras relações econômicas, sociais e ambientais.

É importante notificar que o modelo de desenvolvimento atual está sustentado no uso dos recursos naturais e na manutenção das taxas de lucro e crescimento, reservando um papel periférico à América Latina (QUIJANO, 2000). Os países periféricos têm sido condicionados a abrir e explorar suas economias, florestas e outras riquezas, atingindo a esfera dos direitos sociais, em função deste modelo<sup>7</sup>.

As questões ambientais, especialmente a partir da segunda metade do século XX, têm emergido como um campo de estudos e de práticas, cujas contribuições têm feito avançar a consciência sobre os problemas causados pelos desequilíbrios sociais e ambientais, apontando caminhos de mudanças para relações socialmente justas em direção ao bem viver. Os movimentos sociais camponeses têm exercido protagonismo tanto teórico quanto prático como é possível observar nas atuações dos movimentos da Via Campesina, dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Escolas Famílias Agrícolas - EFAS, Sindicatos Rurais, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, dentre outros. Por meio de suas práticas e discursos, emergem estreitas aproximação entre as questões ambientais e o bem viver. Dentre os movimentos acima destacamos a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra - MST, que incluem em suas pautas a defesa dos princípios da agroecologia e soberania alimentar, uso sustentável do solo, processos organizativos baseados na solidariedade e na organização coletiva dos grupos sociais e a luta social como mediação educativa. Importante notificar que, as pautas relativas ao meio ambiente, alimentação saudável e segurança alimentar, são introduzidas entre as décadas de 1980 e 1990, nos movimentos camponeses e se somam às pautas históricas da luta pela Reforma Agrária. Desse modo apresentam, renovam e atualizam as pautas ambientais, tornando o campo normativo, práticas educativas e organizativas.

Na Convenção Nacional de 30 de janeiro de 2016 o MST aprovou a Carta de Caruaru, em que estabelece quinze prioridades de ações, dentre elas destacamos a 13<sup>a</sup>:

Lutaremos pela Reforma Agrária Popular, centrada na distribuição da terra às famílias camponesas e em um novo modelo de agricultura

---

<sup>7</sup> Utilizaremos o conceito de países centrais e periféricos tomados de Giovanni Arrighi (1997) para demonstrar que as economias, tanto centrais quanto periféricas, tendem a criar relações que as auto-sustentem nas mesmas posições. As periféricas introduzindo sacrifícios em nome de uma possibilidade de chegarem a ser ricas. As centrais, de sua parte, criando regras para assegurar que as periferias se mantenham submissas.

brasileira. Uma agricultura que priorize a produção de alimentos saudáveis, baseada na agroecologia e na cooperação agrícola, associada com a implantação de agroindústrias nas áreas da Reforma agrária. (MST, 2015, Item 13).

O item 13 desta Convenção sintetiza a prática da agroecologia acompanhada de outras práticas necessárias para a produção alimentar saudável em um projeto agrário popular. Indica com isso o que já havia sido anunciado no passado, como projeto atualizado e incorporando, tendo como horizonte o Bem Viver.

### **Democracia popular e educação**

O MST possui uma vasta pauta, que resulta de décadas de organização com a qual conduz o seu projeto<sup>8</sup>. Nela estão inseridas as temáticas mais atuais e necessárias na defesa dos direitos sociais. O que diferencia este movimento social dos demais é sua capacidade de organização nos níveis nacional e internacional, difusão midiática, constituição de símbolos, capacidade de negociação, bem como sua presença junto aos camponeses.

O Movimento Sem Terra está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais. Mesmo depois de assentadas, estas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária. (MST, 2015, texto digital).

O processo organizativo demanda espaços permanentes de diálogos, planejamentos e reflexões, de tal modo que a sua capacidade de permanecer como uma organização viva e atuante esteja diretamente vinculado a sua função “democrática-educativa”:

Com esta dimensão nacional, as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres. (MST, 2015, texto digital).

---

<sup>8</sup> Projeto do MST, pode ser encontrado em diversos momentos discursivos e práticos, seja por documentos, manifestações públicas, ocupações e outros, e está ancorado na garantia e conquista da terra, na defesa de relações da democracia popular, de poderes horizontalizados, apontando para a superação das desigualdades sociais e a concentração dos meios de produção. Nesse sentido o Projeto é nominado de “popular”, porque nasce das organizações de base camponesa e se soma às de outras atividades e áreas.



Por meio do Boletim da Educação n. 09, de dezembro de 2004, o Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST traz a público um retrospecto dos vinte anos em que aliou sua demanda por Reforma Agrária ao caráter educacional, conforme excerto abaixo:

No início nossa visão do direito e nossas pernas de luta iam até a educação fundamental para crianças e adolescentes; aos poucos fomos nos encontrando com a alfabetização e logo com a educação de jovens e adultos; depois com a educação infantil e mais recentemente com a educação universitária (...) Em dados estimados podemos dizer que o MST conquistou em 20 anos aproximadamente 1500 escolas públicas nos seus acampamentos e assentamentos, colocando nelas em torno de 160 mil crianças e adolescentes Sem Terra, e ajudando a formar os seus mais de 4 mil educadores; também desencadeou um trabalho de alfabetização de jovens e adultos. (MST, 2004, p.12).

Para a educação de seus membros e para a divulgação de suas ações, o MST possui um conjunto de materiais (in) formativo, como revistas, folhetos, vídeos, cartilhas, dentre outros, contendo referências aos temas contemporâneos, objetos de reivindicações, como por exemplo, a Reforma Agrária<sup>9</sup>. Dentre os materiais encontramos diversas referências sobre as questões ambientais, sobretudo vinculadas a produção sem agrotóxico com relatos práticos de assentamentos que introduziram a produção agroecológica, com finalidade ao Bem Viver.

### **Para uma boa alimentação**

A temática sobre a agroecologia entra na pauta da formação dos membros do MST a partir do ano de 1995. O enfoque ambiental passará por dois grandes momentos que se entrecruzam, a transição para agroecologia e a introdução da temática como eixo da formação dos assentados.

Conforme Borges (2009) o movimento de transição para uma agricultura agroecológica foi inserida por ocasião do 3º Congresso Nacional, no ano de 1995, em Brasília-DF. A opção neste momento era de assumir a produção sustentável como resposta à crise do sistema cooperativista<sup>10</sup>. A transição foi aprofundada quando no 4º Congresso Nacional, em 2000, também em Brasília, a agroecologia foi definida como principal estratégia da produção dos assentamentos rurais. Compunha os princípios da ação o

---

<sup>9</sup> O acervo pode ser acessado pela página [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br).

<sup>10</sup> A crise da forma de organização produtiva cooperativa ao longo das décadas de 1970 e 1980 fez com que o MST repensasse suas estratégias. O modelo cooperativista teve seu esgotamento porque sofreu a pressão do agronegócio e perdeu sua capacidade de sustentação da produção dos assentados.

enfrentamento do agronegócio, enfoque na produção local com acento no meio ambiente, resgate das culturas camponesas e dos conhecimentos tradicionais aliados às tecnologias.

Em 2006, o MST divulga em jornal dos Trabalhadores Sem Terra uma edição defendendo a agroecologia como modelo de produção para o campo.

Atualmente existem várias iniciativas em todo o país que comprovam a eficiência deste sistema da produção. No Paraná, as 20 famílias do assentamento Santa Maria consolidaram a produção de cana-de-açúcar, onde produzem de 12 a 15 toneladas de açúcar mascavo por mês. A produção atende, além do comércio local, estados como RJ, MS e SP. (JST, 2006a, n. 263).

O jornal também aponta para o crescimento da adesão de agricultores e de entidades vinculadas ao campo, na medida em que os princípios se tornam realidade produtiva:

De 7 a 10 de junho (2006), em Cascavel, no PR, aconteceu a 5ª Jornada de Agroecologia, com a participação de cerca de 5 mil pessoas. Já de 2 a 6 de junho, em Recife, PE, mais de 1.500 pessoas estiveram presentes no II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Promover a substituição da matriz de produção convencional em produção agroecológica, para preservar a biodiversidade e garantir a soberania alimentar foi a principal tese reafirmada pelas 18 organizações que compõem a 5ª Jornada de Agroecologia. (JST, 2006a, texto digital, *inserção nossa*).

As atividades do MST junto a Via Campesina são reforçadas por mobilizações, protestos, denúncias e por uma profunda articulação entre a teoria e ação, unidade que sustenta a pauta de uma agricultura livre de agrotóxicos, pela soberania alimentar e pela defesa das sementes crioulas, pela diversidade biológica e pelo bem viver.

As mobilizações da Via Campesina durante a COP-8 (8ª Conferência Internacional das Partes sobre Diversidade Biológica), da Convenção de Diversidade Biológica (CDB), das Nações Unidas, marcaram as atividades dos delegados de 188 países e 120 ministros de Estado da área ambiental, que discutiram o futuro da biodiversidade em Curitiba, no Paraná. (JST, 2006b, texto digital).

Na pauta, além da diversidade biológica, o MST assumiu a produção livre de agrotóxico, por entender que tanto a produção de alimento deve ser saudável, quanto o controle da produção não pode ficar refém de empresas controladoras de produtos químicos, sementes, ou do tipo de ciência que é aplicada no campo<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Syngenta, Monsanto, Bayer, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Aracruz, Stora Enso, dentre outras empresas multinacionais têm sido alvo das denúncias do MST, ao longo das últimas duas décadas, por representarem a forma mais avançada do capitalismo no campo e a destruição dos mecanismos de uma agricultura para o Bem Viver.

As experiências construídas pelas comunidades camponesas, articuladas pela Via Campesina demonstram a potência da organização coletiva e das proposições vindas do campo. A cada iniciativa se somam novas experiências e novos desafios reforçando as práticas ambientais. A experiência do Pontal do Paranapanema-SP<sup>12</sup> se projeta como um modelo possível na recuperação de áreas degradadas com a implementação da agricultura diversificada, produtora de alimento e adequada às pequenas propriedades familiares assentadas:

Nasce com isso (*com o assentamento do Pontal do Paranapanema*) as experiências de resgate da agrobiodiversidade através da implantação de doze unidades de áreas demonstrativas em sistemas agroflorestais. O que inclui o maior número de plantas condimentares, medicinais, frutíferas tropicais e nativas, café, árvores exóticas e nativas para utilização da madeira, lenha e principalmente a segurança alimentar. (JST, 2007, texto digital, *inserção nossa*).

Os depoimentos dos assentados do Pontal demonstram a força da agroecologia frente ao modelo de produção padrão, indicando que os processos das aprendizagens ocorrem na articulação de ações refletidas e vinculadas a um projeto de defesa da produção camponesa. As experiências propõem a ampliação do processo participativo de tal modo que todos, crianças, jovens, mulheres, homens, aprendem com as novas práticas, como observamos no excerto abaixo.

Estamos criando nossos filhos com base no respeito à biodiversidade, à terra. Este trabalho também nos ajuda na organização das mulheres. Além disso, consumimos alimentos saudáveis”, afirma a camponesa Claudete Aparecida de Lima, do assentamento Laudenor de Souza. (JST, 2007, texto digital).

A escola do campo introduz nos processos formativos dos assentados essas práticas, pois por meio delas se reconstituem as relações culturais que reforçam a identidade camponesa e suas formas de produzir.

Na medida em que transitamos na base de dados do MST vamos observando que o eixo agroecológico se apresenta como mais um elemento de resistência ao modelo da produção de *commodities* e do *business* agrícola. Dentre as temáticas atuais presentes nos informativos escritos pelos membros do MST ou veiculados em seus informativos, destacamos a questão da abordagem sobre os agrotóxicos, apresentado no próximo item.

---

<sup>12</sup> Região localizada a sudoeste do Estado de São Paulo, com histórico marcado pela grilagem de terras. Os movimentos de pequenos agricultores se fortalecerão por volta da década de 1990 com a chegada do MST, denominado Movimento Sem Terra do oeste de São Paulo.

## Práticas de resistência aos agroquímicos

No Caderno 2, o MST (2010) trata do uso de agrotóxicos, suas causas e seus efeitos, assim como as alternativas viáveis para a superação desta prática. Em virtude dos recentes estudos demonstrando os males causados pelo uso de agrotóxicos na produção de alimentos em larga escala, o movimento pauta suas ações em torno da reformulação do quadro atual da produção alimentar. Com a aplicação de produtos químicos nas lavouras, o uso de agrotóxicos deixa de ser uma questão relacionada especificamente à produção agrícola e se transforma em um problema de saúde pública e de preservação da natureza.

O uso dos agrotóxicos está diretamente relacionado com a indústria do campo, articulada por empresas multinacionais responsáveis pela manutenção dos agroquímicos desde a década de 1960, com a chamada Revolução Verde. Esta representou a “modernização” com a produção dependente do uso dos pacotes agroquímicos, adubos, sementes melhoradas ou modificadas e venenos, criando um ciclo de interdependência que ainda atualmente é incentivada e se expande, ameaçando até as plantações que não utilizam estes agroquímicos em sua produção<sup>13</sup>.

A Agroecologia é assumida na perspectiva dos movimentos sociais como uma prática que busca superar as consequências provocadas pela contaminação por agrotóxico (Palma, 2011)<sup>14</sup>. O Caderno n.9 do MST (1996), já sugeria como tarefa essencial combater o modelo agrícola de produção por meio da agricultura agroecológica, economia solidária e estratégias de produção e consumo fora do eixo padrão. Desta forma a produção destes materiais centra o foco na preparação de subsídios que demonstrem novas práticas e permita amplo diálogo com a sociedade.

O foco no combate aos agrotóxicos é amplo e busca também demonstrar os prejuízos acometidos à saúde humana. Estima-se que os agrotóxicos são responsáveis por mais de 20 mil mortes por ano, sendo que a maioria ocorre nos países pobres, onde aproximadamente 25 milhões de trabalhadores agrícolas são intoxicados de forma aguda anualmente (ARAÚJO; NOGUEIRA; AUGUSTO, 2000).

O mercado brasileiro de agrotóxicos, de acordo com Weissheimer (2011), é o maior do mundo, com 107 empresas aptas a registrar produtos, e representa 16% do mercado

---

<sup>13</sup> Um exemplo característico de contaminação indireta por agroquímicos é a pulverização aérea. Em regiões de vastidão territorial, ao despejar os agrotóxicos nas plantações-alvo da investida, resquícios destes componentes quimicamente sintetizados acabam por percorrer grandes distâncias devido às correntes de vento e atingem plantações orgânicas que optaram por não fazer o uso destes produtos.

<sup>14</sup> Uma consequência do alto consumo de agrotóxico no país foi documentada por Palma em 2011, em uma pesquisa da Universidade Federal do Mato Grosso em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz. O estudo coletou amostras em mulheres do município de Lucas do Rio Verde (MT), um dos maiores produtores de soja do país. Em 100% delas foi encontrado ao menos um tipo de princípio ativo desses produtos. Em algumas delas, até seis tipos.

mundial. Além disso, o Brasil também ocupa a sexta posição no *ranking* mundial de importação de agrotóxicos. A entrada desses produtos em território nacional aumentou 236%, entre 2000 e 2007. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil é o principal destino de agrotóxicos proibidos no exterior. Dez variedades vendidas livremente aos agricultores não circulam na União Europeia e Estados Unidos porque foram proibidas pelas autoridades sanitárias desses países.

Em virtude deste cenário, não é difícil de entender o posicionamento da Via Campesina e do MST na defesa da agricultura sem agroquímicos. Essas organizações buscam transmitir a mensagem de que os alimentos contaminados além de se destinarem a a alimentação sustentam uma forma de produção, onde a finalidade não é o bem viver, mas as formas de lucros solicitados nas relações de produção. Em reportagem da Folha de São Paulo, de 04 de outubro de 2015, podemos observar uma percentagem de 31% presentes na alimentação cotidiana e uso de agrotóxicos proibidos na produção de alimentos, somente no Estado de São Paulo:

Análise por amostragem da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) em alimentos típicos da cesta básica que circularam no Estado de São Paulo em 2014 mostrou que 31% tinham agrotóxicos proibidos ou em quantidade acima da permitida para os produtos. (GERAQUE, 2015, Folha de São Paulo, Cotidiano, p.1, texto digital).

Esta mesma reportagem aponta ainda para o problema das Agências de regulação responsáveis pela realização de ações conjuntas entre a ANVISA, Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente. Por vezes, as análises dos mesmos produtos nos mesmos períodos trazem resultados diferentes.

A agricultura campesina questiona a monocultura na produção de alimentos como observamos na afirmação de um membro do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA - Odair José de Souza, veiculada no site do MST:

Temos outro entendimento de campo. O monocultivo não é alimento e não se sustenta. Tem que haver uma diversificação de produção, um cuidar do campo. O monocultivo despreza a água, os recursos naturais, as florestas. Em Rondônia, por exemplo, derrubam babaçu, que dá uma variedade de alimentos, para plantar soja. É uma estupidez! (COUTINHO JUNIOR, 2015, texto digital).

As práticas introduzidas pela agricultura familiar não podem se resumir a uma cópia em escala menor do agronegócio, uma espécie de “agronegocinho”, ao contrário a defesa do MST se coloca na direção do bem viver, conforme fala Karen Friedrich<sup>15</sup>

Na questão da promoção da saúde, seria importante incentivar iniciativas como o incentivo às práticas agroecológicas, para buscar a produção de alimentos sem o uso de venenos e visando também uma lógica de justiça ambiental e social nos sistemas produtivos. (IHU, 2015, texto digital).

As defesas do agronegócio, normalmente baseadas em estudos limitados às próprias empresas produtoras de agrotóxicos, ou por meio de estratégias discursivas que buscam subverter as análises mais profundas como a veiculada por agrônomo da EMBRAPA, Alfredo José Barreto Luiz (2015) com título: *Agrotóxicos são do mal*. O artigo sugere que o agrotóxico é bom se for utilizado de modo racional. A tese está baseada na premissa de que a perniciosidade dele estaria relacionada simplesmente ao uso incorreto por quem o manipula, ou seja, por responsabilidade do agricultor que não soube dosá-lo. Em resposta a este artigo o Professor Paschoal<sup>16</sup>, da ESALQ (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo - SP), alerta para os problemas do/no uso de agrotóxicos na produção alimentícia brasileira:

É inconcebível falar em uso racional de venenos, exceto quando em doses homeopáticas, o que não é o caso dos agrotóxicos. Enquanto acreditarmos que esses produtos são um mal necessário aos agricultores e não um bem necessário às multinacionais do ramo agroquímico, teremos de continuar consumindo alimentos envenenados, aceitando passivamente a contaminação dos recursos naturais indispensáveis à sobrevivência das gerações presentes e futuras. (PASCHOAL, 2015, texto digital)

Nesse sentido, os movimentos do campo apresentam o conceito da agroecologia como um passo à frente na história da agricultura brasileira em busca do Bem Viver. Os impactos de uma produção agroecológica são de ordem social, política e econômica, já atestadas e veiculadas pelos defensores dos movimentos sociais e por órgãos oficiais. Estudos do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA (2011) demonstram que mais de 70% da alimentação do Brasil é produzida na propriedade familiar, responsável por 74% pela ocupação da população camponesa e por 10% do PIB. Portanto, a base da alimentação nacional está ancorada nas famílias camponesas; manter a produção saudável

---

<sup>15</sup> Formada em biomedicina pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, mestrado e doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Atualmente é servidora pública do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS da Fundação Oswaldo Cruz e professora assistente da UNIRIO.

<sup>16</sup> Adilson D. Paschoal é professor Sênior do Departamento de Entomologia e Acarologia da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz, USP.

e políticas agroecológicas é uma questão de saúde pública, de equilíbrio no emprego e na capacidade produtiva do país e do Bem Viver.

### **Para não concluir!**

A compreensão do MST e da Via Campesina sobre os alimentos, o bem viver, a educação e o uso dos recursos naturais se aproximam daquilo que Enrique Leff (2015) designa de “racionalidade ambiental”, na medida em que a natureza é mediação produtiva na incorporação das racionalidades, técnica e social, cuja ideia é uma produção humanista e a reapropriação da natureza nas relações sociais, pela democracia, participação, articulados pelas dinâmicas “locais”<sup>17</sup>.

Como as novas tendências mundiais têm apresentado à sociedade constantes provocações relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, muito se discute sobre essas temáticas, sobretudo pelas agressivas forças produtivas atuais que se moldam e se constituem a partir de padrões energéticos que depredam os recursos naturais e humanos. Conforme Pádua (2002), os efeitos do modelo dominante de desenvolvimento têm resultado na concentração de poder e consequências sociais que atingem os direitos básicos das populações, além da perda acelerada das riquezas culturais e naturais que se formaram através dos tempos.

Souza (2008) vai mais além e afirma que a constituição do Setor de Educação no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra juntamente com a crítica ao paradigma de educação rural tem influenciado sobremaneira o modo como as pesquisas em educação do campo estão se desenvolvendo, o que por sua vez leva, inevitavelmente, à construção e consequente remodelação da ótica com que esta realidade social é analisada e novos processos produtivos são implementados no campo, com foco na agroecologia.

O MST e a Via Campesina como movimentos de trabalhadores camponeses indicam também que o Brasil produz muitos sem-terra, ou seja, que há uma injustiça na base agrária do país. Estes, por sua vez, ao buscarem o seu direito a terra não só o fazem, mas acrescentam elementos novos ao uso e sentido aos bens naturais e especialmente a terra. Nesse sentido os compromissos ambientais do MST e da Via Campesina ultrapassam meramente o uso da terra e incorporam a vida real, a cultura introduzindo uma nova forma de relação entre os assentados, sustentada pela perspectiva do Bem Viver.

---

<sup>17</sup> Colocamos aspas (“”) para sinalizar que compreendemos a existência do “local” mediado pelas dimensões universais, entre elas, política, econômica e cultura. Hoje, já matizadas em vários estudos pelo MDA e outros órgãos institucionais ou não, tem sido demonstrado que as dinâmicas locais na agricultura apresentam importantes proposições, soluções e reflexões sobre a produção agrícola brasileira.

## Referências

- ALTIERE, Miguel. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista nera*. ano 13. n. 16. Presidente Prudente/SP, 2010
- \_\_\_\_\_. *Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture*. Colorado: Westview Press, Boulder, 1987.
- ARAUJO, A. C. P.; NOGUEIRA, Diogo P; AUGUSTO, Lia G. S. Impacto dos praguicidas na saúde: estudo da cultura de tomate. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v.34, n°. 3, p. 309-313, 2000. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s0034-89102000000300016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0034-89102000000300016&lng=en&nrm=iso). Acessado em 07 de jun. de 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.
- BORGES, L. J. (2009), MST: do produtivismo à agroecologia. 1º Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR, 2009 Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/sociologiapolitica/gtsonline/gt7%20online/mst-productivismo-julianoborges.pdf>. Acessado em 13 de out. de 2015.
- COUTINHO JUNIOR, J. “O povo brasileiro não se alimenta, come algo que acha ser alimento”, afirma liderança do MPA. *Brasil de fato*, de 06 de novembro de 2015. Disponível em [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acessado em 15 de fev. de 2016.
- FAO. Cúpula Mundial de Alimentação (Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial & Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação). (1996), Declaração de 17 de novembro. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/> Acessado em 24 de nov. de 2015.
- GERAQUE, Lucas. Ferraz. Eduardo. Sem controle, alimentos circulam no país com agrotóxico irregular. *Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, 2015, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1689919-sem-controle-alimentos-circulam-no-pais-com-agrotoxico-irregular.shtml?loggedpaywall>. Acessado em 17 de nov. de 2015.
- GLIESSMAN, S. R. *Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture*. New York: Springer-Verlag, 1989.
- GUDYNAS, E.; COSTA, E. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. *Utopía y Praxis Latinoamericana*, Año 16, n°. 53, pp. 71-83, 2011.
- JST (Jornal Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 261, ano xxiv, 2006a. Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acessado em 23 de jan. de 2016.
- JST (Jornal Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 263, ano xxiv, 2006b. disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acessado em 23 de jan. de 2016.
- JST (Jornal Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). São Paulo, n° 270, ano xxv, 2007. Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br). Acessado em 23 de jan. de 2016.
- LUIZ, Alfredo José Barreto. “Agrotóxicos são do mal? Boletim Informativo do Sistema FAEP”, n°. 1323, 2015. Disponível <http://www.sistemafaep.org.br/boletim/bi-1323-outubro>. Acessado em 12 de out. de 2015.
- LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. in: *agroecologia e desenvolvimento sustentável*, Porto Alegre, v.3, n°.1, pp. 36-51, 2002.



\_\_\_\_\_. *Ecologia, capital e cultura*. Rio de Janeiro: Vozes, 2015

LESBASPIN, I. *A sociedade do 'bem viver'*, 2001. Disponível em [http://www.pucminas.br/documentos/ivo\\_les\\_pdf.pdf](http://www.pucminas.br/documentos/ivo_les_pdf.pdf). Acessado em 22 de jan. de 2015.

PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário). “Agricultura familiar produz 70% de alimentos do país, mas ainda sofre na comercialização”. Brasília: Portal Brasil, Caderno Economia e Emprego, 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/> Acessado em 04 de fev. de 2016.

MEIRELLES, L. “Soberania alimentar e a construção de mercados locais para produtos da agricultura familiar”. Boletim Informativo, Edição Especial, v.1, 2008. Disponível em: [www.centroecologico.org.br/boletim\\_download.php?id\\_boletim=96&tipo=pdf](http://www.centroecologico.org.br/boletim_download.php?id_boletim=96&tipo=pdf)

Acessado em 28 de jan. de 2017.

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). *Terra não se ganha, se conquista. Caderno de Formação nº 9*. São Paulo, 1986.

\_\_\_\_\_. Página inicial do site eletrônico do MST, seção: Quem Somos? 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/#full-text>. Acessado em 17 de mai. de 2015.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia, soberania alimentar e cooperação. Coleção Sempre é Tempo de Aprender. Caderno n. 2*, 2010.

\_\_\_\_\_. Quem Somos? Site Oficial do MST, 2015 Disponível em <http://www.mst.org.br/> Acessado em 14 de dez. de 2015.

\_\_\_\_\_. Brasil tem o pior cenário do mundo em relação aos agrotóxicos, adverte especialista. 2015. Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br) Acessado em 18 de fev. de 2016.

PALMA, D. C. de A. (2011), Agrotóxicos em leite humano de mães residentes em Lucas do Rio Verde -MT. 2011, 103 f. *Dissertação* (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Saúde coletiva, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2011.

PASCHOAL, A. Agrotóxicos são do mal, sim! Carta Maior. 2015. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Agrotoxicos-sao-do-mal-sim-3/35047>. Acessado em 11 de fev. de 2016.

QUIJANO, A. El Fantasma del Desarrollo en América Latina. in: Acosta, A. (comp.), “*El desarrollo en la globalización. el resto de américa latina*”. Caracas: Nueva Sociedad e Ildis, p. 11-27, 2000.

RIBEIRO, D. D.; FREITAS, L.F. Agroecologia: realidades e possibilidades produtivas. in: *Agroecologia: práticas e saberes*. Catalão (GO): Gráfica Modelo, 2012.

SOUZA, M. A. A pesquisa em educação e movimentos sociais do campo. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Anual da ANPED (Associação de pós-graduação e pesquisa em educação), caxambu/MG, 2008. Disponível em: <http://31reuniao.anped.org.br/trabalhos/mariaantoniadesouza.rtf>. Acessado em 15 de ago. de 2013.

Via Campesina. (2007), Soberania alimentar, os agrocombustíveis e a soberania energética. Cartilha. Disponível em: <http://www.mpabrazil.org.br/> Acessado em 13 de nov. de 2015.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? Cadernos CRH, vol.21 n.º. 54, Salvador, 2008.

SEVILLA, E. Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latinoamérica (mimeo). in: Sarandon, Santiago (ed.) *agroecología: el camino para una agricultura sustentable*. Rosario/Arg. (escrito para el primer manual argentino de agroecología), 2000.

SOBREIRO FILHO, J. A luta pela terra no pontal do Paranapanema: história e atualidade. *Revista Geografia em Questão*. v. 5 , n.º. 01, p. 83-114, 2012.

WEISSHEIMER, M. A. Ranking da Anvisa aponta alimentos contaminados por agrotóxicos. *Revista Carta Maior*, 2011. Disponível em:

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Ranking-da-Anvisa-aponta-alimentos-contaminados-por-Acagrototoxicos%0D%0A/3/18208>. Acessado em 10 de dez. de 2013.

*Submetido em: 15-08-2017.*

*Publicado em: 15-12-2017.*